

Êxito depende de fim da moratória

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — A comunidade financeira internacional intensificará, nas próximas semanas, seus esforços para convencer o governo Sarney a fazer um pagamento significativo de juros referentes à dívida externa, até meados de outubro. Se isso não ocorrer, no dia 26 daquele mês uma comissão interministerial do governo dos Estados Unidos determinará que o Brasil seja rebaixado a um nível a mais na classificação de crédito.

Um funcionário do Departamento do Tesouro condicionou ontem uma demonstração de boa vontade da comunidade financeira à decisão que o Brasil tomar a respeito desse pagamento. "Vamos esperar uma resposta do governo Sarney até fins de setembro. Se ela for positiva, nossa cooperação continuará. Do contrário, vamos mostrar nossas cartas", disse ele.

Durante sua estada nos Estados Unidos, na semana passada, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, indicou que estava disposto a fazer um pagamento simbólico mas que precisaria encontrar uma forma de viabilizá-lo politicamente no Brasil e verificar quanto poderá pagar. O ministro deverá voltar a Washington

em fins de setembro, para a reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial, quando sua resposta definitiva é esperada.

Porta-vozes de bancos credores advertem que se os empréstimos por eles estendidos ao país forem considerados de "valor depreciado", a capacidade de mobilizar recursos externos será reduzida substancialmente, por tempo indefinido.

— O governo e a sociedade brasileiros precisam decidir se querem crescer com a comunidade financeira internacional ou vão tomar um caminho separado. Se a moratória continuar, os vínculos que permitiram a colaboração nas últimas décadas ficarão abalados — disse um banqueiro com longa experiência em financiamento aos países latino-americanos.

Desde a eclosão da crise da dívida, em agosto de 1982, o Brasil passou a fazer parte da lista de países problemáticos compilada pela comissão interministerial americana constituída pelo Federal Reserve (o banco central), pela Corporação Federal de Seguros de Depósito (FDIC) e pelo Controlador da Moeda. Semanas depois da suspensão do pagamento de juros, essa comissão rebaixou os empréstimos brasileiros para a categoria de "abaixo do padrão".

Se na próxima reunião que realizar,

em 26 de fevereiro, essa comissão interministerial baixar o Brasil para a categoria de "valor depreciado", o país ficará em incômoda companhia: Nicarágua, Bolívia, Polônia e Zaire.

— Francamente, não acreditamos que os brasileiros estejam querendo optar pelo isolamento internacional — afirmou um funcionário do Departamento do Tesouro encarregado de acompanhar a situação.

Para ser rebaixado de categoria, um país precisa preencher mais de um dos quatro requisitos seguintes: 1. deixar de pagar plenamente juros devidos por 6 meses; 2. deixar de cumprir termos de acordos de reescalonamento por mais de um ano; 3. não cumprir com programas do FMI nem dar perspectivas imediatas de seu cumprimento; 4. não mostrar perspectivas definidas de uma retomada ordenada do serviço da dívida no futuro.

Se o Brasil não fizer o pagamento em tempo para evitar seu rebaixamento, os bancos serão obrigados a criar reservas adicionais entre 10% e 15% do total de seus empréstimos ao país. A maior parte dos grandes bancos credores do país, contudo, já aumentou suas reservas, preparando-se para prejuízos resultantes da moratória decretada pelo governo Sarney.